



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Montechi Valladares de Oliveira, Carmen Lucia

Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 24, núm. 1, novembro, 2017, pp. 79-90

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386153806006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar

*The discourse of “neutrality”:
attitudes of psychoanalysts
during the military
dictatorship*

Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira

Psicanalista; professora, Curso de Especialização
em Teoria Psicanalítica/Coordenadoria Geral
de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão/
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Rua Caetés, 646
05016-081 – São Paulo – SP – Brasil
luciavalladares1@gmail.com

Recebido para publicação em setembro de 2016.

Aprovado para publicação em março de 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702017000400006>

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, supl., nov. 2017, p.79-90.

Resumo

O artigo analisa a posição das sociedades psicanalíticas e dos psicanalistas brasileiros afiliados à International Psychoanalytical Association durante a ditadura militar na década de 1970. Mostra que se trata do momento de expansão da doutrina, caracterizado por forte investimento na clínica privada e consequente “afastamento” da doutrina do universo social. Por meio dos discursos de algumas personalidades significativas desse movimento, procura mostrar como, apoiados na noção de “neutralidade”, de primazia da realidade interna em detrimento da realidade externa e de investimento no “aqui e agora” do *setting*, esses psicanalistas optaram por um esvaziamento da psicanálise do espaço da política. Conclui lançando argumentos que sustentam a importância da implicação desse profissional na *polis*.

Palavras-chave: psicanálise; história; Brasil; ditadura militar; política.

Abstract

This article examines the position of psychoanalytical societies and Brazilian psychoanalysts affiliated to the International Psychoanalytical Association during the military dictatorship in the 1970s. It shows that the period was a time of extended ideas, featuring a large investment in private clinics and a resulting “marginalization” of the social universe doctrine. Through the writings of certain important members of the movement, it seeks to show how, based on the notions of “neutrality”, of the primacy of internal reality to the detriment of external reality, and of investment in the “here and now” of the setting, these psychoanalysts chose to allow psychoanalysis to be divorced from politics. It concludes with arguments in support of the importance of the involvement of such professionals in political society.

Keywords: psychoanalysis; history; Brazil; military dictatorship; politics.

No momento do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil em 1964, o movimento psicanalítico contava com quatro sociedades e seus respectivos institutos de formação, reconhecidos pela International Psychoanalytical Association (IPA), estabelecidos em três capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Cada qual atravessado por um processo particular de institucionalização e com características diferenciadas.

Os primeiros tempos das experimentações livres, das simpatias, das condenações e das adesões à doutrina haviam definitivamente ficado para trás. Meio século havia se passado daquela clínica que emergiu nos anos 1910, da observação de pacientes histéricas hospitalizadas na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e analisadas no primeiro trabalho universitário inspirado na psicanálise apresentado na Faculdade de Medicina (Pinto, 1914). Também ficavam para trás os tempos de uma significativa atuação no serviço público, no campo da saúde mental infantil, quando, na década de 1930, desenvolveu-se uma clínica de criança, no Rio de Janeiro e em São Paulo (Oliveira, 2009). Tanto a primeira experiência que, por iniciativa de Arthur Ramos, atendeu cerca de duas mil crianças em quatro anos, quanto a segunda, a da Clínica de Orientação Infantil (que funcionou por mais de trinta anos) na capital paulista, haviam contribuído para a consolidação de um importante espaço de penetração da psicanálise na esfera social, ainda que praticada como método preventivo para “curar” desvios de comportamento, no quadro de uma concepção higienista da saúde mental (Oliveira, 2012). Esses haviam sido os primeiros tempos de uma clínica sustentada nos aportes da medicina social e inspirada na leitura da primeira tópica freudiana, de fortalecimento do eu em detrimento do isso.

Enquanto a década de 1950 foi a da fundação das instituições, o decênio seguinte ficou marcado pela consolidação da vida societária. Datam dessa época os primeiros eventos (jornadas, encontros, congressos), que prepararam a criação do organismo nacional, a Associação Brasileira de Psicanálise (ABP) em 1967 e o lançamento da *Revista Brasileira de Psicanálise*. Isto sem falar da participação ativa dos analistas nos encontros internacionais, principalmente na América Latina, desde a criação, em 1960, do Conselho Coordenador das Organizações Psicanalíticas da América Latina (Copal) reunindo todas as sociedades psicanalíticas afiliadas à IPA dessa região.

E não parou por aí. Os anos 1960 foram ainda os da delimitação dos referenciais teóricos e clínicos que regeriam a prática dessas instituições pelos próximos decênios, a saber, as teses de Melanie Klein, acrescidas da leitura de Wilfred Bion, sob a batuta de Frank Philips. Pertencente à primeira geração de analistas formados no Brasil, no divã de Adelheid Koch, em 1939, nove anos mais tarde, Philips instalou-se em Londres, em 1948, onde foi analisado por Melanie Klein e depois por Bion, ao mesmo tempo em que se tornou uma referência para os brasileiros que atravessavam o oceano em busca de formação. Ao retornar ao Brasil, em 1969, instalou-se em São Paulo, onde logo impôs o seu pensamento, para fazer dele a lei suprema. Tornou-se “o analista dos analistas”. Também foi o responsável pela vinda de Bion ao país, cujo sucesso das intervenções fez com que esse saísse do ostracismo que o levava a trocar Londres pelos EUA.

Anos 1970 e o boom da psicanálise no Brasil

Cabe assinalar que, naquele momento, reconhecidas internacionalmente, gozando de credibilidade, prestígio, com penetração no meio universitário e intelectual, as instituições ipeístas eram dominadas por personalidades do meio médico, psiquiátrico, sobretudo no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, acrescidas em São Paulo de psicólogos, sociólogos e filósofos, entre outros. Com uma demanda de formação e tratamento contida, o momento era de expansão e comemoração, sobretudo na sociedade paulista que, a partir de 1970, passou a formar um grupo de analistas em Brasília e outro em Ribeirão Preto, enquanto as duas instituições cariocas, Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) e Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) logo mais assumiriam o núcleo psicanalítico de Recife, em 1975.

Considerando-se os detentores da “verdadeira psicanálise”, eles se impuseram no mercado, reinando em face das outras instituições que despontavam timidamente fora dos domínios da IPA. Além de práticas psicoterápicas como o psicodrama e reichianos, que se expandiram na década de 1980, no Rio de Janeiro (Russo, 1993) e em São Paulo, havia também o movimento fundado por Igor Caruso. De inspiração fenomenológica, desde os anos 1950, jesuítas e intelectuais católicos gaúchos aderiram a Caruso, implantando os Círculos de Psicologia Profunda, que na década de 1970 se estenderam para Belo Horizonte e Recife (Gageiro, Torrossian, 2014).

A ambição expansionista e monolítica da transmissão psicanalítica só começou a ser contida de fato quando da chegada dos psicanalistas argentinos fugindo da tirania militar, muitos deles, ex-alunos de Oscar Mazzota, que traziam na bagagem uma leitura lacaniana. Eles vieram somar e também dividir espaços com os lacanianos brasileiros que, desde o início dos anos 1970, buscavam introduzir essa escola de pensamento no país, no meio universitário de centros importantes como o Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Recife, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, em alguns casos fundando instituições antes mesmo das sociedades ipeístas. Em geral, eram jovens intelectuais que retornavam de estadas na França, seja por exílio subjetivo, seja por viagem cultural ou acadêmica. Entre os fundadores estão: Luís Carlos Nogueira, Durval Checchinato, Jacques Laberge, Ivan Correa, Betty Milan, Magno Machado Dias, Luís Olyntho Telles da Silva e Paulo César d’Ávila Brandão. Pode-se dizer que o lacanismo emergiu respondendo, de um lado, à demanda de formação provocada pelo crescimento extraordinário dos cursos de psicologia no país (cuja profissão foi regulamentada entre 1962 e 1964), e, de outro, acompanhando a trajetória de implantação da doutrina na América Latina.

Uma clínica para ricos, uma carreira promissora

Nesse meio-tempo, sob a insígnia da IPA, seus afiliados não se abalavam. Eles enriqueciam enquanto deslocavam a escuta analítica, com tradição na clínica social, para uma nova clientela de alto poder aquisitivo, originária de uma burguesia esclarecida ou das camadas médias em ascensão e ávidas de tratamento psicoterapêutico. Nessa época, uma das raras exceções foi a experiência desenvolvida nas proximidades da favela dos Cabritos, no Rio de Janeiro que, fundada em 1973 por um grupo de 14 psicanalistas, liderados por Kattrin Kemper, atendia principalmente uma população de classe média baixa (Ferreira, 1986).

Diversos fatores explicam esse aumento da demanda de tratamento, como a nova configuração da clientela, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural, científico e tecnológico, notadamente durante o período mais repressivo da ditadura militar, o do general Médici (1969-1974). Eles são, sobretudo, resultantes do ambicioso projeto econômico, cujo investimento prioritário destinou-se ao setor industrial em detrimento do social, da saúde, da educação, de infraestrutura, que provocou uma concentração de riqueza que contribuiu para acentuar as desigualdades sociais com a pauperização da população assalariada e de baixa renda (Skidmore, 1988). Fatores econômicos dos quais a psicanálise beneficiou-se, bem como diversas outras disciplinas e profissões, não necessariamente liberais.

De maneira geral, pode-se dizer que o deslocamento da clínica para esse extrato social beneficiário do chamado “milagre econômico”, porém elitizado, intelectualizado e muitas vezes politizado também é reflexo dos acontecimentos que eclodiram nos grandes centros urbanos e materializaram a chamada “revolução cultural”, que caracterizou a geração dos anos 1960 e marcou a segunda metade do século XX no mundo ocidental. Entre outros, possibilitou o relaxamento dos valores morais e a emergência de novos costumes e conquistas femininas, que resultaram em modificações substanciais na família tradicional, nas práticas sexuais, ao mesmo tempo em que gerou uma crise identitária de proporções extraordinárias (Russo, 2012).

Nesse contexto bem imbricado, ao privilegiar o quadro pecuniário, a psicanálise se tornava, também para a geração de analistas que chegava ao mercado, uma carreira promissora. E tanto pela possibilidade de se inscrever em uma filiação internacional, a IPA, quanto de poder contar com uma clientela disposta a pagar para deitar-se no divã desses analistas, principalmente ser analisado pelos chamados “barões da psicanálise”, alguns passando a cobrar seus honorários em dólares. Como mostra a pesquisa de Candiota (1976), em meados da década de 1970, os candidatos afiliados à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) já representavam o extrato social mais elevado, correspondendo a 0,2% da população ativa do estado mais rico do país.

Assim, particularmente em São Paulo, essa nova geração, desinteressada da temática da loucura e privilegiando a clínica privada destinada aos neuróticos, consolidava a imagem que ainda hoje repercute no imaginário social: o da psicanálise como uma “clínica para ricos”. E isso embora, como em todos os lugares, seu reinado se encontre ameaçado pelo crescimento da medicalização e pelo avanço das terapias cognitivistas comportamentais.

Em São Paulo o estigma de uma “clínica de direita”

No final dos anos 1960, tomada na clivagem ideológica que caracterizava o pensamento político, à “opção pelos ricos” veio se acrescentar a imagem de uma clínica identificada como “reacionária”, “burguesa”, “de direita”. Ou seja, a esquerda brasileira seguia os preceitos stalinistas estabelecidos a partir de 1927, que fez com que a psicanálise fosse gradativamente criticada e condenada na URSS, até ser erradicada e condenada como ciência burguesa, nos anos 1940 (Roudinesco, Plon, 1998, p.673-677). Uma demonstração clara desse embate ocorreu no interior da clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), notadamente no confronto com posições como as de Iara Iavelberg. Formada em psicologia, essa célebre

militante de extrema-esquerda acusava a doutrina de elitista e alienante, e os psicanalistas de reacionários, preferindo, como muitos de sua geração, as correntes da psicologia experimental. Ao que o fundador da psicanálise paulista e professor da clínica, Durval Marcondes replicava: “Eles querem empregar Skinner nos ratos de Mao Tse-Tung” (Botelho, 1989, p.20). A situação agravou-se, quando da prisão de Lara, logo após sua nomeação como professora-assistente da cadeira de orientação profissional, em 1968. Na ocasião, Marcondes, recusou toda e qualquer manifestação política em defesa de Lara, inclusive a assinatura de um abaixo-assinado exigindo sua libertação (Oliveira, 2005, p.176). O clima de tensão entre os dois grupos chegou assim a seu ápice, provocando a demissão dos psicanalistas da clínica. Quanto a Lara Lavelberg, uma vez solta, entrou para a clandestinidade, aderindo à luta armada ao lado de seu companheiro, Carlos Lamarca. Foi morta em uma emboscada dos órgãos de repressão política, em 1971. Homenageada pelo Instituto de Psicologia da USP, atualmente o centro acadêmico leva o seu nome, enquanto a clínica-escola foi batizada de Durval Marcondes.

Se, por um lado, é sabido que, naqueles primeiros anos da ditadura, algumas personalidades expressivas desse movimento adotaram posturas conservadoras, alguns chegando mesmo a manifestar simpatia pelo golpe de 1964 (Oliveira, 2005), em contrapartida, não temos notícia de nenhuma manifestação que os associe a uma colaboração direta com o regime. No estado atual da pesquisa historiográfica é possível afirmar que nenhuma instituição psicanalítica foi perseguida durante esse período. Nenhuma sociedade, afiliada ou não à IPA, sofreu pressão para denunciar seus membros, assim como nenhum analista foi perseguido, preso e torturado por suas atividades ligadas à prática psicanalítica ou que envolvesse violação do segredo profissional. Da mesma forma, jamais a psicanálise foi identificada pelos militares como uma prática “subversiva ou revolucionária”, como foi o caso de diversos analistas argentinos de esquerda, que, a partir de 1976, se viram obrigados a tomar o caminho do exílio (Plotkin, 2012).

A recusa da realidade política na clínica

Nos anos 1970, enquanto o país atravessava um período de violenta repressão, o discurso oficial, distorcendo o olhar da realidade, dava mostras de viver na “ilha da fantasia”. Alguns, como o presidente da SBPRJ, o carioca Walderedo Ismael de Oliveira, inclusive argumentavam: “É oportuno recordar que habitamos e trabalhamos numa imensa área geográfica, importante social e economicamente, e que no presente vive um momento de despertar e de busca de seus altos destinos” (Oliveira, 1974, p.426), para em seguida sustentar que os psicanalistas tinham o “dever de prestar toda colaboração aos esforços que tendem a garantir a continuidade do progresso da cultura, a sobrevivência do homem, e a felicidade das gerações vindouras” (p.426).

Claro que para a conquista desses “altos destinos”, afirmava o então presidente do Copal (biênio 1972-1974) e membro atuante da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), David Zimmerman (1974, p.418), se fazia necessário enfrentar “alguns problemas”, tais como: “divergências e dissensões”, conflitos envolvendo “luta pelo poder”, ou ainda aqueles, “mais graves” com “prejuízos que resultam da contaminação prolongada dos ambientes psicanalíticos em face da infiltração de ideologias políticas”. Em todo caso, esse foi o tom dos discursos de abertura do décimo Congresso Latino-Americano de Psicanálise, no Rio de Janeiro, em 1974, pronunciados diante de autoridades políticas locais e de 337 participantes

de instituições ipeístas do Brasil, Argentina, Uruguai, México, Chile, Venezuela e Peru, além de representantes de Portugal, EUA, França e Austrália.

Efetivamente, nessa América Latina atravessada por regimes ditatoriais não faltavam “problemas” de natureza política ecoando no mundo psicanalítico, como foi o caso do psicanalista Marcelo Viñar (1992), preso e torturado após ter tido seu consultório e residência invadidos pelo governo uruguaio, em 1972; ou ainda da postura de “negação” adotada pela Associação Psicanalítica Chilena quando do golpe que derrubou o presidente Allende, em 1973 (Vetö Honorato, 2013), e mesmo os efeitos da cisão do grupo Plataforma, na Argentina, ocorrida em 1971.

Já no Brasil, o “problema” era a presença do torturador Amílcar Lobo, no meio psicanalítico carioca. Médico do primeiro Batalhão de Polícia do Exército, entre 1970 e 1974, Lobo trabalhava no Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), ao mesmo tempo em que fazia sua formação SPRJ, sendo analisado pelo analista didata e grande expoente desse grupo, Leão Cabernite. Em 1973, denunciado nas instâncias locais e internacionais da IPA, assim como em outras instituições psicanalíticas na Europa, que exigiram explicações, ele foi defendido com veemência pelo seu analista assim como por representantes das instituições envolvidas no processo. Para Zimmerman, por exemplo, essas acusações eram “falsas e destituídas de qualquer fundamento”, ou ainda “fruto de boatos infundados”, o “caso” não passando de “calúnias”, “rumores destinados a destruir uma instituição que cresce e se desenvolve” (citado em Sério, 1998, p.470). Por consequência, instaurou-se o silêncio sobre o caso, ao mesmo tempo em que sua denunciante, a analista Helena Besserman Vianna (1994), passou a ser perseguida internamente e pela repressão. Amílcar Lobo permanece sendo o único caso sabido de adesão de um analista à repressão.

Naquele momento, apesar do medo de “contaminação” por posicionamentos de esquerda na vida societária, pode-se dizer que as instituições contavam com membros e candidatos tanto identificados como de direita quanto de esquerda ou democratas. Até onde a pesquisa historiográfica avançou, a posição ideológica nunca representou um empecilho para o ingresso ou a permanência nessas instituições.

Não deixa de ser curioso, todavia, constatar como alguns dos pressupostos que sustentavam a interpretação teórica e clínica hegemônica da psicanálise durante esse período grave da vida política na América Latina serviram como defesa, como que para os manter “protegidos”, “neutralizados” dos “perigos” que a realidade externa poderia representar. Afinal, retomando os discursos proferidos em 1974 pelos ilustres representantes da IPA brasileira, que “altos destinos” uma nação ou uma região poderia ter sob a égide de regimes ditatoriais? Que tipo de “colaboração” uma disciplina, que tem como pressuposto o livre exercício da palavra, poderia oferecer a governos que impunham o silêncio, o medo, o terror?

Sob a égide do discurso da neutralidade

Embora não possamos falar de uma direção unívoca, tanto de uma teoria da vida psíquica, da escuta analítica, quanto da compreensão da sua relação com a vida social, ou mesmo de uma colaboração das instituições brasileiras com o regime militar, em contrapartida podemos encontrar nos documentos e publicações traços da concepção teórica que predominou nas

instituições ipeístas, e que serviu de suporte para uma clínica que se revelou desimplicada do social e da política.

Cabe lembrar que esse período foi não só de renovação geracional como teórico-clínica, notadamente em São Paulo. Foi quando os fundadores, atravessados por diferentes leituras de Freud, passaram o bastão para a geração que, por influência preponderante de Frank Philips, impôs o pensamento único. Uma leitura que privilegiava a “posição depressiva” de Melanie Klein, acrescida de uma interpretação do pensamento de Wilfred Bion, entre outros, sobre a importância, na relação transferencial, da percepção da qualidade da depressão como meio de acesso à realidade psíquica. Para chegar a essa “fineza de escuta”, contudo, o analista, ele dizia, precisa “eliminar a memória e qualquer desejo com relação ao paciente, pois ao contrário ficaremos numa posição extremamente desvantajosa” (Philips, 1997, p.55). Foi o tempo em que predominou o aforismo do “aqui e agora”, como expressão de uma doutrina que toma o passado como “recordação despida de emoção” e o presente como lugar de “verificação das teorias do analisando sobre seus objetos” (Ottalagano, Szterling, Szterling, 1973, p.331). Do ponto de vista da técnica, considerava que o analista, utilizando-se de sua “intuição”, deveria adotar “a disciplina de suspender o quanto possível todo desejo, toda necessidade de lembrar” (Philips, 1997, p.117). “Sem memória, sem desejo” foi, portanto, o outro aforismo que serviu para justificar a exclusão da realidade externa do *setting*. Uma maneira de o analista não se deixar “contaminar”, e assim, segundo Philips (1997, p.84), ser capaz de captar “a realidade psíquica”, e “interpretar o desconhecido no paciente como algo distinto do já conhecido”.

De uma maneira geral pode-se afirmar que, nessa concepção, prevalecia a ideia de que, embora o psicanalista seja um “ser social”, portanto, impossibilitado de libertar-se totalmente de suas “ideologias políticas”, bem como de “veicular ao paciente um pensamento ideológico”, ele deveria se esforçar para “desvencilhar-se” desses “perigos”, “desprender-se o máximo possível de sua realidade social”, como dizia uma importante representante desse pensamento, Virgínia Bicudo (1972a, p.1; 1972b, p.289).

É preciso assinalar que essa postura, dita “neutra”, de priorizar o *setting*, não era defendida apenas pelos analistas identificados com um pensamento conservador. Também Hélio Pellegrino, então militante de esquerda, embora afirmasse: “toda prática clínica, como toda prática social, é política”, sustentava que, durante o atendimento, “temos que colocar a realidade entre parênteses para que ela não nos perturbe com seu rumor”. Para ele, a “marotagem” do analista estava em “generalizar sua atitude apolítica, fora do consultório” (cf. depoimento a Mello, 1982, p.186).

De fato, ancorada no discurso da neutralidade e do silêncio, a recusa da realidade política não se restringia ao *setting*. Na vida institucional paulista, ela encontrava respaldo inclusive nos estatutos da SBPSP, que permitia à direção recusar qualquer demanda de solidariedade. Tal foi o caso, por exemplo, da campanha pela libertação do psicanalista Marcelo Viñar, em 1972 (Oliveira, 2005, p.272).

Enquanto no questionamento sobre a responsabilidade do analista para com a sociedade convinha a tese de que o trabalho analítico visa “exclusivamente à realidade interna”, posto que somente “através das modificações conseguidas nessa realidade” é possível “esperar mudanças na realidade externa, ou mais amplamente no meio social” (Assis, 1973, p.314),

no plano das ideias realizava-se o que Castoriadis (1990, p.150) chamou de “onipotência do inconsciente”.

A adesão a essas teses foi colossal. Teve início o tempo da transmissão formal, centrada na submissão, na obediência. Durante os anos da ditadura, poucos ousaram seguir um pensamento autônomo ou manifestar desacordo com essa política. Os que adotaram tal postura conheceram uma espécie de marginalidade, ou então, como na época denunciou o candidato em formação e afiliado ao grupo de Brasília, Luiz Meyer (s.d., p.2), viram suas críticas ficarem restritas a “esquemas psicanalíticos e a consequente redução à esfera meramente psicológica de uma realidade que exige para sua avaliação outro gênero de parâmetro”. Nessa perspectiva, o candidato se encontrava, dizia Meyer, ou submetido a uma relação de “dependência real e/ou neurótica (advinda da idealização) em relação à instituição”, ou informado de uma percepção distorcida causada por “identificações projetivas e introjetivas” (p.3). Meyer chamava a atenção, entre outros aspectos, para a intervenção normativa e coercitiva do todo-poderoso didata, para a relação “fisiológica” estabelecida entre o candidato e o analista, para a “falta de liberdade”, e, sobretudo, para a importância que o poder econômico havia adquirido na formação analítica, fazendo com que a relação entre o analisando e o didata fosse estabelecida por “laço contratual”. Meyer reivindicava sobretudo a “interpretação do caráter político” (p.5), fundamental para a compreensão desse tipo de instituição, que estabelecia uma relação de autoridade e de poder real, ao mesmo tempo que lamentava que essa discussão tivesse sido esvaziada das análises (Oliveira, 2005, p.269).

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que essas instituições seguiram o modelo das sociedades heterônomas, reinando nelas “a interdição de pensamento, o bloqueio do fluxo representativo, o silêncio imposto à imaginação radical” (Castoriadis, 1990, p.150). Mais ainda, sob o manto do discurso de neutralidade, procedeu-se uma supressão da realidade ou o seu confinamento na realidade interna, promovendo uma operação de alienação, que, como dizia Lacan (1973), consiste em um *vel* que condena o sujeito na sua relação com o seu eu a ficar instaurado na dependência do Outro, impossibilitado de afirmar-se como sujeito de desejo, instalado assim na dialética hegeliana do senhor e do escravo.

Anos 1980, os ventos da democratização ecoam nas instituições ipeístas

Como para provar que as instituições psicanalíticas não escapam ao sintoma social, como para mostrar que as transformações no social encontram seu correlato no individual, foi preciso retomar os ventos da democracia, de um pouco de liberdade no Brasil para que, nos anos 1980, essa postura de submissão ao mestre fosse questionada, assim como esse tipo de transmissão. Como o retorno do recalcado, as mobilizações pela volta da democracia refletiram estrondosamente na vida institucional.

Em São Paulo, essa concepção de gestão autoritária sofreu seu primeiro abalo quando, em um processo turbulento, pela primeira vez uma chapa de oposição se apresentou e ganhou as eleições para a diretoria da SBPSP (Oliveira, 2005, p.274). Era 1982 e também pela primeira vez, desde o golpe de 1964, o país realizava eleições livres para governador, que resultaram na vitória expressiva da oposição.

Já no Rio de Janeiro, as tensões eclodiram no seio da SPRJ, e, como não poderia deixar de ser, em torno do recalcado caso Amílcar Lobo. O disparador foi o evento “Psicanálise e fascismo”, organizado pela Clínica Social de Psicanálise, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em setembro de 1980, em torno do tema das torturas praticadas contra presos políticos. Durante o debate, um ex-presos político, Rômulo Noronha de Albuquerque, tomou a palavra para denunciar as torturas que sofreu e a presença do psicanalista Amílcar Lobo na equipe de torturadores. Os pedidos de explicação endereçados à direção da SPRJ e a manifestação pública de analistas consagrados como Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi foram definitivos. Os três expoentes da psicanálise carioca ainda aproveitaram a ocasião para, em uma entrevista histórica, denunciar no *Jornal do Brasil* o que chamaram de “baronato da psicanálise” (Cerqueira Filho, 1982). Na realidade, como diz Mello (1982, p.181; destaque no original), eles denunciaram aquilo que a comunidade psicanalítica estava cansada de saber: “os altos custos do tratamento, a gerontocracia nas instituições psicanalíticas, as discriminações ideológicas contra candidatos à formação, o falso ‘apoliticismo’, e até mesmo a ignorância das obras de Freud”.

A reação não tardou. Pouco habituada ao debate, a direção da SPRJ decidiu expulsar os três ilustres analistas. Certamente, ela não contava com a forte reação de solidariedade de seus membros que, em resposta exigiram tanto a readmissão dos analistas, quanto uma “reforma democratizadora dos Estatutos” (Cerqueira Filho, 1982, p.191-192). Estava aberto um grande processo interno e externo que repercutiu na vida societária por longos anos e ainda repercute.

Esses acontecimentos nos remetem ao silêncio eloquente no movimento psicanalítico sobre a colaboração de psicanalistas com o regime nazista alemão, particularmente a Werner Kemper. Esse que, uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, instalou-se no Rio de Janeiro, em dezembro de 1948, para fundar o movimento psicanalítico carioca. Hoje sabemos que, com passado de colaborador recalcado, ele inaugurou uma história transferencial na qual, nos anos 1970, encontramos seu ex-analisando, Leão Cabernite, como analista didata de Amílcar Lobo (Kupermann, 2014). Sobre essa história ainda restam lacunas e zonas sombrias consideráveis, principalmente sobre a responsabilidade de instituições e analistas envolvidos. Toda essa trama nos revela notadamente um trauma ainda não elaborado e reparado no universo psicanalítico. Ora, a psicanálise nos ensina que silêncio e esquecimento conduzem à repetição (Freud, 1985) em seu aspecto mortífero, o que, por sua vez, reforça a necessidade de refletir sobre uma clínica que dissocia a realidade externa da realidade interna para fazer predominar uma “concepção endopsíquica”, que impede a escuta do que acontece na *polis*.

Em defesa da psicanálise na *polis*

Ainda que a psicanálise pertença ao campo privado e a política ao domínio público, é a interação entre os dois que permite aprofundar a natureza do laço social (Enriquez, 1983). Encontramos esse pressuposto em diversas reflexões de Freud, como *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), *O futuro de uma ilusão* (1927), *Mal-estar na civilização* (1931), para ficarmos apenas nas chamadas “obras sociológicas”.

Um exemplo da importância de se levar em conta esse imbricamento no trabalho analítico pode ser extraído da vivência de Marcelo Viñar (2014, p.228) quando afirma que:

num certo sentido, a ditadura nos ajudou a escutar como a *polis* atravessava as sessões. Para isso não é necessário que haja tortura... basta a vida corrente. Mas ao menos as circunstâncias nos fizeram entender que o ruído da cidade que atravessa o consultório analítico não é apenas o ruído, não é apenas material descartável, mas que há uma influência da vida íntima e da vida pessoal que se projeta no trajeto social de um indivíduo; que há algo da história coletiva que atravessa o indivíduo, e algo da vida pessoal que constitui o indivíduo como sujeito social.

Para esse autor, há uma grande porosidade entre o externo e o interno da qual a prática analítica não pode ficar isenta. Se, por um lado, o inconsciente é, segundo Lacan (1966, p.258), essa parte do discurso concreto como transindividual, que o sujeito não tem à sua disposição para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente, por outro, como lembra Zygouris (2002), ele é também coletivo e ético, não apenas marcado pela história familiar, mas pelos discursos de dois sujeitos que atravessam o processo analítico.

Negar a importância da implicação não só da política como do analista nesse percurso é ignorar que a psicanálise é “uma produção a dois”. Como diz Zygouris (2002, p.43), o analista, “em virtude de sua transferência, sua própria história e, principalmente, suas próprias crenças teóricas e ideológicas, vai influenciar a direção das investigações no tratamento, ainda que fale pouco... ainda que se cale”. Aliás, como diz Caterina Koltai (2000, p.29), a questão de fundo dessa problemática é a de saber se “o analista pode se permitir nada querer saber daquilo que se passa ao redor dele...”. Como se os acontecimentos atuais que provocam um mal-estar na civilização, não fossem “acolhidos no consultório sob a forma de sintoma”.

Como dizia Freud (1985, p.263), “não se pode esquecer que a relação analítica está fundada no amor pela verdade, isto é, no reconhecimento da realidade e que ela exclui qualquer tipo de impostura ou engano”. Para ele, a análise atinge sua finalidade quando transmite a convicção da existência do inconsciente capacitando o sujeito a perceber o que está recalcado e também, como assinalou Castoriadis (1990, p.148), ao “ajudar o indivíduo a tornar-se autônomo: capaz de uma atividade reflexiva e de deliberação”. Não podemos esquecer que a psicanálise é uma cura pela palavra, fundada na ética da liberdade, condição necessária para que ela possa circular livremente, ainda que para isso o sujeito se dê conta de que não é dono de sua própria morada, posto que submetido a determinações de várias ordens.

Por outro lado, como bem diz René Major,

A psicanálise funda uma relação com a palavra, uma relação com o outro e uma relação com os traços da memória que é da ordem da verdade. Essa verdade fala tanto por meio das mentiras e todos os tipos de deformações quanto por meio daquilo que é removido da consciência involuntariamente. O relato da história, individual ou coletiva, comporta, portanto, uma parte de subjetividade em razão de desejos, ilusões, convicções ou dogmas que habitam a formação e composição desse relato (Major, Pires, 1998).

Relembrar para não esquecer, e também para que as responsabilidades com a verdade sejam atribuídas, elaboradas e reparadas, e assim a vivência traumática possa ficar para trás. Para que a psicanálise, tributária do Estado de direito, da democracia, “volte a ser o bastião, de um pensamento livre e corajoso” (Zygouris, 2006, p.10).

Nesse sentido, merece ser saudada a publicação dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Criada com o “objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento

público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil” (CNV, 2014, p.21), dentre suas 54 recomendações consta a garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de violações, incluindo a capacitação de profissionais. Decorre desse processo a Clínica do Testemunho, um serviço de saúde mental dirigido por psicanalistas e destinado aos atingidos pela violência do Estado durante a ditadura militar.

Maneira de possibilitar que a palavra reencontre a circulação livre, barrada nos porões da ditadura. Maneira de elaborar essa trágica página da história e propiciar a reparação. Igualmente, uma possibilidade de manter a psicanálise em suas funções terapêuticas e civilizatórias, não esquecendo, lembra Zygmunt (2006), que o objetivo da análise é estar do lado da vida. Para o analista, uma maneira de participar do questionamento sobre o destino da *polis*.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Nilo Ramos.
Síntese do relatório “O conflito das gerações”, grupo B, tema oficial do IV Congresso Brasileiro de Psicanálise em 1973. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.7, n.3, p.314-315. 1973.
- BICUDO, Virgínia Leone.
Os institutos de psicanálise frente às ideologias sociais. *Jornal de Psicanálise*, v.4, n.18, p.1-2. 1972a.
- BICUDO, Virgínia Leone.
Incidência da realidade social no trabalho analítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.6, n.3-4, p.282-305. [Relatório, tema oficial do nono Congresso Latino-Americano de Psicanálise, Caracas, 1972]. 1972b.
- BOTELHO, Ester Zita Fenley.
Os fios da história: reconstrução da história da psicologia clínica na Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1989.
- CANDIOTA, Luiz Roberto Salgado.
A “economia” da formação de psicanalistas: esboço de um modelo hipotético. *Jornal de Psicanálise*, n.21, p.6-42. 1976.
- CASTORIADIS, Cornelius.
Psychanalyse et politique, 1987-1989. In: Castoriadis, Cornelius. *Le monde morcelé: les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil. p.141-154. 1990.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org.).
Crise na psicanálise. Rio de Janeiro: Graal. 1982.
- CNV.
Comissão Nacional da Verdade. Relatório, v.1. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em: 11 dez. 2014. 2014.
- ENRIQUEZ, Eugène.
De la horde à l'état: essais de psychanalyse du lien social. Paris: Gallimard. 1983.
- FERREIRA, João Batista.
Clinique sociale de psychanalyse et la favela dos Cabritos: du luxe dans la fange ou la psychanalyse sans divan est-elle possible? In: Macedo, Heitor O'Dwyer (Org.). *Le psychanalyste sous la terreur*. Vigneux: Matrice. 1986.
- FREUD, Sigmund.
L'analyse avec fin et l'analyse sans fin [1937]. In: Freud, Sigmund. *Résultats, idées, problèmes II, 1921-1938*. Paris: PUF. p.231-268. 1985.
- GAGEIRO, Ana Maria; TOROSSIAN, Sandra D.
A história da psicanálise em Porto Alegre. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v.3, n.4, p.117-144. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/analytica/>. Acesso em: 1 dez. 2014. 2014.
- KOLTAI, Caterina.
Política e psicanálise: o estrangeiro. São Paulo: Escuta. 2000.
- KUPERMANN, Daniel.
Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições. São Paulo: Escuta. 2014.
- LACAN, Jacques.
Le séminaire, livre 11: les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse. Paris: Seuil. 1973.
- LACAN, Jacques.
Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In: Lacan, Jacques. *Écrits*. Paris: Seuil. p.237-365. 1966.
- MAJOR, René; PIRES, Paulo Roberto.
Réponses à Paulo Roberto Pires. In: Major, René. *Estados generales del psicoanálisis: perspectivas*

para el tercer milenio. Disponível em: <http://www.psicomundo.com/foros/egp/reponses-major.html>. Acesso em: 1 dez. 2014. 1998.

MELLO, Roberto.

Os barões da psicanálise. [Documento 1]. In: Cerqueira Filho, Gisálio. *Crise na psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal. p.181-188. 1982.

MEYER, Luiz.

Campo dos candidatos: pensamento de Brasília. São Paulo: SBPSP. (Documento interno). s.d.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de.

Psychoanalysis in Brazil during Vargas' time. In: Damousi, Joy; Plotkin, Mariano B. *Psychoanalysis and politics: histories of psychoanalysis under conditions of restricted political freedom*. New York: Oxford University Press. p.113-133. 2012.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de.

Higienismo e psicanálise de crianças no Brasil. Trabalho apresentado no colóquio 100 anos da psicanálise com crianças, 2009. São Paulo. (Instituto Sedes Sapientiae). 2009.

OLIVEIRA, Carmen Lucia Montechi Valladares de.

História da psicanálise em São Paulo. São Paulo: Escuta; Fapesp. 2005.

OLIVEIRA, Walderedo Ismael de.

Discurso do presidente. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.8, n.3, p.423-427. (Décimo Congresso Latino-Americano de Psicanálise, Rio de Janeiro, 1974). 1974.

OTTALAGANO, Cesar; SZTERLING, Gecel; SZTERLING, Faja.

Conflito de gerações, emergente de ideias novas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.7, n.3, p.321-338. 1973.

PHILIPS, Frank.

Psicanálise do desconhecido. São Paulo: Editora 34. 1997.

PINTO, Genserico Aragão de Souza.

Da psicoanálise (a sexualidade das nevroses). Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1914.

PLOTKIN, Mariano Ben.

The diffusion of psychoanalysis under conditions of political authoritarianism: the case of Argentina, 1960s and 1970s. In: Damousi, Joy; Plotkin, Mariano (Ed.). *Psychoanalysis and politics*. New York: Oxford University Press. p.185-208. 2012.

ROUDINESCO, Élisabeth; PLON, Michel.

Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

RUSSO, Jane.

The social diffusion of psychoanalysis during the Brazilian military regime; psychological awareness in an age of political repression. In: Damousi, Joy; Plotkin, Mariano (Ed.). *Psychoanalysis and politics*. New York: Oxford University Press. p.165-184. 2012.

RUSSO, Jane.

O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1993.

SÉRIO, Nádia Maria Ferreira.

Reconstruindo Farrapos: a trajetória histórica da SPRJ: instituição e poder. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1998.

SKIDMORE, Thomas.

Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

VETÖ HONORATO, Silvana.

Psicoanálisis en estado de sitio. Santiago: Facso. 2013.

VIANNA, Helena Besserman.

Não conte a ninguém... Contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago. 1994.

VIÑAR, Marcelo

Uma utopia sem lugar de chegada. In: Selaibe, Mara; Carvalho, Andréa. *Psicanálise entrevista 1*. São Paulo: Estação Liberdade. p.239-219. 2014.

VIÑAR, Marcelo.

Um grito entre milhares: relato do cárcere. In: Viñar, Marcelo; Viñar, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta. p.21-34. 1992.

ZIMMERMAN, David.

Discurso na solenidade de abertura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v.8, n.3, p.417-422. (Décimo Congresso Latino-Americano de Psicanálise, Rio de Janeiro, 1974). 1974.

ZYGOURIS, Radmila.

Nem todos os caminhos levam a Roma. São Paulo: Escuta. 2006.

ZYGOURIS, Radmila.

O vínculo inédito. São Paulo: Escuta. 2002.

